



## MICHEL FOUCAULT E A PRODUÇÃO DO SUJEITO ÉTICO: SUBJETIVIDADE E VERDADE ENTRE A CIÊNCIA E A EDUCAÇÃO

JOSÉ LUÍS FERRARO<sup>1</sup> E AUGUSTO JOBIM DO AMARAL<sup>2</sup>

**RESUMO:** Tomando como referência o curso intitulado *Subjetividade e verdade*, proferido por Michel Foucault no *Collège de France* em 1981, o presente artigo objetiva inserir a reflexão epistemológica no interior do debate em torno da produção de *subjetividades éticas a partir* da perspectiva do *cuidado de si (epimeléia heautou)*. Nesse sentido, provocados pelas análises do último Foucault sobre a ética, observamos a possibilidade da utilização de tais reflexões em relação à subjetivação no interior do campo científico. Vislumbra-se, assim, a discussão em torno da constituição histórica de um *sujeito ético* no discurso da ciência que, neste caso, é abordado a partir de seus desdobramentos no interior da educação. Assim, em face aos múltiplos agenciamentos no interior de um campo que, agora, é o da educação em ciências, nos servimos da sexualidade como mote para evidenciar – do *logos* ao *ethos* – entrelaçamentos que se deslocam da subjetivação de um sujeito *da verdade* para um sujeito *de verdade* que, ao inspirar indivíduos na busca por discursos verdadeiros, os constitui eticamente, impulsionando-os a um constante (re)pensar-se – o que implica em práticas de autovigilância e (re)elaboração de si.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ética; Subjetivação; Verdade; Educação em ciências; Michel Foucault.

**ABSTRACT:** Taking as a reference the course entitled *Subjectivity and truth*, given by Michel Foucault at the *Collège de France* in 1981, this article aims to insert the epistemological reflection within the debate around the production of *ethical subjectivities* from the perspective of the *care of the self (epimeléia heautou)*. In this sense, provoked by the analyses of the last Foucault on ethics, we observe the possibility of using such reflections related to subjectivation processes within the scientific field. Thus, we glimpse a discussion around the historical constitution of an *ethical subject* from the scientific discourse which, in this case, is approached from its unfoldings within education. Thus, in face of multiple agencies within a field that is now the scientific education field, we use sexuality as a motto to highlight – from *logos* to *ethos* – interweaving that moves subjectivation towards a *subject of truth* that, by inspiring individuals in the search for true discourses, constitutes them ethically, driving them to a constant (re)thinking of themselves – which implies in practices of self-surveillance and self-(re)elaboration.

**KEYWORDS:** Ethics; Subjectivation; Truth; Science education; Michel Foucault.

<sup>1</sup> Professor dos Programas de Pós-Graduação em Educação e Educação em Ciências e Matemática da Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul (PUCRS). Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul (PUCRS). E-mail: jose.luis@pucrs.br.

<sup>2</sup> Professor dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Criminais e Filosofia da Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul (PUCRS). Doutor em Altos Estudos Contemporâneos (Ciência Política, História das Ideias e Estudos Internacionais Comparativos) pela Universidade de Coimbra/POR. Doutor em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). E-mail: augusto.amaral@pucrs.br.

Em 1981, durante o curso intitulado *Subjetividade e Verdade* no *Collège de France*, Michel Foucault (2016) abordou a possibilidade da instituição em modos que – uma vez podendo ser convertidos em prática – passariam a mediar as relações que os indivíduos estabelecem consigo. Assim, o que o filósofo fez ver foi por ele construído a partir da indagação sobre como o sujeito emerge, em diferentes momentos e contextos históricos, enquanto objeto possível do conhecimento (FOUCAULT, 2016). Ao questionar a constituição da subjetividade como objeto de um campo de produção do saber, o assim referido último Foucault indaga como a experiência que fazemos de nós mesmos e os saberes que se produzem nesta relação do *eu-consigo* podem ser organizados em esquemas – produzindo um quadro de conhecimentos como produto da aplicação de uma série daquilo que denominou como *técnicas de si* (FOUCAULT, 2016).

Tais *técnicas*, por sua vez, correspondem a um conjunto de procedimentos verificáveis em distintas civilizações, em diferentes espaços-tempo – como pressuposição ou prescrição – insinuando-se sobre a questão identitária e a conduta dos indivíduos; pois quando pensamos sobre *o que fazer de nós mesmos*, para além de nos colocarmos como objetos desta reflexão nos questionamos sobre a forma como devemos nos governar. Logo, trata-se de decidir se, como indivíduos, assumimos condutas onde nossa identidade permanecerá fixa, mantendo-se, ou a modificando, transformado-a frente as especificidades das contingências às quais nos defrontamos (FOUCAULT, 2016).

Em outras palavras, o que as técnicas de si colocam em xeque é o problema do *governo* – do *governo de si* – e de como, a partir dele, passamos a escrever a história das subjetividades pela análise das formas de *governamentalidade* às quais decidimos lançar mão. Para Foucault, até então, a historiografia estava marcada pela construção de dualidades normativas típicas da objetivação; mais especificamente, pela constituição de campos de objetividade que delimitam e acentuam as distinções entre o normal e o anormal, o louco e o não louco, o doente e o sadio etc. (FOUCAULT, 1997; 1999a; 2016).

As *técnicas de si* compreendidas como *technè tou biou* compreendem o que o filósofo francês encara como *artes de existência*, *tecnologias de si*, *práticas de si* em uma perspectiva estético-existencial. No Foucault tardio, as *artes de viver* – ou *de existência* – se convertem no núcleo de sentido a partir do qual ele lança novos questionamentos, inaugurando outro pensamento em torno da subjetividade. Ao visibilizar as condutas individuais de gregos, romanos e cristãos, problematiza uma ética que passa a ser ancorada nessa relação de si (FOUCAULT, 2006; 2016).

A partir disso – e provocados por tais percepções foucaultianas sobre a ética –, observamos a possibilidade da utilização de tal reflexão em relação ao debate epistemológico no interior do campo científico. Vislumbra-se, assim, de alguma forma, a possibilidade de discutir as constituições históricas das *subjetividades éticas* a partir da ciência e das relações que estas estabelecem com o discurso da verdade e do verdadeiro – em diferentes momentos –, sem desconsiderar a perspectiva da mudança em face à efemeridade dos enunciados que constroem as verdades científicas. Para tal, foi preciso perceber a maneira como a ciência tem atuado, principalmente por meio de seu paradigma tradicional, moderno – investindo na sobreposição do conhecimento com o saber como resultado da ênfase do primeiro em relação àquilo que produz o segundo: a experiência.

Para Foucault, o saber emerge da relação entre o sujeito e o conhecimento (FOUCAULT, 2007a). Dito de outro modo, é da relação entre as subjetividades e a objetividade dos enunciados discursivos que se produzem – no interior das disciplinas – as formas de conhecer que, por sua vez, transfiguram-se em saberes que passam a incorporar a ordem do discurso vigente (FOUCAULT, 2008a). Assim, para além de evidenciar a natureza disciplinar do conhecimento, percebemos que a organização epistemológica da ciência moderna em relação aos indivíduos, por exemplo, valoriza significativamente as práticas relacionadas à construção de um *conhecimento de si* em relação à *experiência de si* cujas possibilidades potencializariam não apenas as formas de conhecer-se, mas de reconhecer-se como subjetividade ética.

Nesse contexto, nosso argumento se sustenta pela ideia de que a ciência também contribui para uma (re)elaboração subjetiva. Trata-se de uma tarefa que surge a partir da relação sujeito/verdade, a qual Foucault se refere quando fala do homem moderno como aquele que não parte da descoberta de si ou de sua verdade escondida, mas que busca a sua reinvenção (FOUCAULT, 2007d). A reelaboração do sujeito, inclusive pela ciência, leva em conta sua relação com o conhecimento e os saberes produzidos; logo, é, também, de ordem epistêmica.

Se, por um lado, o *conhecimento de si* que surge no interior da epistemologia da ciência e que produz seu estatuto é chave para a compreensão da influência da filosofia – principalmente a partir de René Descartes (2001) – na organização da ciência moderna, por outro, pensar-se como sujeito da experiência é o que permite ao ser humano fazer escolhas, experimentar, experienciar. No entanto, compreende-se que o argumento cartesiano do *cogito* é a expressão que antecede as formas de um (auto)conhecimento pela *experiência de si*, pois preconiza a existência condicionada pela possibilidade de um pensamento que é anterior,

inclusive, a um pensamento sobre si. Logo, é o pensamento como premissa para a existência do ser que garantirá ao ser humano um conjunto de experiências essenciais à sua própria humanidade – à sua própria subjetividade –, dentre as quais devemos considerar sua relação com o conhecimento, com os saberes, com a verdade e, portanto, com a própria ciência.

O paralelo que intentamos traçar entre Descartes e Foucault subsiste pela ideia de que para que o sujeito faça uso das *técnicas de si* a condição essencial é que ele pense a si mesmo, compreendendo sua atual forma de existência, bem como formas progressas e possibilidades de seu próprio devir; sempre em busca dos discursos verdadeiros – marca do *sujeito ético* (FOUCAULT, 2006). Isso também implica no deslocamento que esta subjetividade produz a partir de si mesmo pelo exercício do pensamento reflexivo, o que configura um tipo de *experiência de si* que – no sentido da reelaboração anteriormente referida – acabará por transformá-lo, desdobrando-se na constituição de uma *estética da existência*.

Não apenas em Descartes, mas também em Platão e Kant, a preocupação com a verdade se produz pela busca das condições às quais se poderia conhecê-la. É isso que marca a preocupação com o conhecimento, um conhecimento de ordem verdadeira. Como alcançá-lo a partir da experiência do sujeito cognoscente? Como reconhecê-lo nos termos de sua legitimidade? Questões que permaneceriam impossíveis sem a existência de um sujeito puro que as precedesse (CANDIOTO, 2008).

Por outro lado, ao buscarmos a possibilidade para a constituição de um *sujeito ético* devemos considerar que a ética, na Antiguidade, se constitui como condição da estética. Os próprios Platão, Xenofonte e Epicuro percebiam o belo como consequência do ato de fazer o bem, sendo que aquele só poderia ser alcançado por meio deste (CANDIOTO, 2008). Na Modernidade, ao contrário, há cisão entre ética e estética.

O Foucault do início dos anos 1980 retoma a questão estética a partir da percepção de uma relação muito mais estreita da arte com os objetos do que com a vida dos indivíduos. Ao evidenciá-la como um campo dominado por expertos – artistas –, questiona se as formas de vida humanas não poderiam, também, ser obras de arte (FOUCAULT, 2007c). Na perspectiva foucaultiana, a *estética da existência* está relacionada a uma vida que não se conforma aos códigos de comportamento e, tampouco, se entrega ao ascetismo como forma de purificação, mas ao *uso dos prazeres* e à promoção de subjetividades que questionem tudo o que é habitual, tudo o que é sólido (FOUCAULT, 2007c).

O *uso dos prazeres* surge como herança da civilização grega. Trata-se do conhecimento pela *experiência de si* a partir do entrelaçamento da subjetividade com os saberes e a

normatividade vigente. O desafio dos gregos é o de fazer uso dos prazeres sem se tornarem escravos de sua própria paixão. Assim, Foucault descreve a *aphrodisia*, a *chresis* e a *enkrateia*. A primeira diz respeito à produção das formas de prazer, como atos e gestos; a segunda trata da construção de uma moralidade em relação à *aphrodisia* que acaba por determinar modos de sujeição; e, por fim, a *enkrateia* trata, exatamente, da continência como produto da elaboração de um trabalho ético do *eu-consigo* para evitar a dominação pelo prazer (FOUCAULT, 2007c). É a *enkrateia* que surge como elemento para o equilíbrio do *pathos* interno que conduz na direção de uma dietética em relação aos prazeres.

Assim, é perceptível a produção da *estética da existência* por meio do rompimento da relação entre o sujeito e os enunciados discursivos de uma determinada época, relacionados à moral vigente e como fruto das práticas de si. Então, produzir a estética de nossa própria existência implica em processos de subjetivação onde decidimos pelo não assujeitamento aos preceitos morais como resultado de uma experimentação, materializando uma *ética de si* que – por sua vez – instaura novas/outras formas de (*auto*)*governamento*.

Percebe-se o investimento de Foucault na diferença entre as noções de moral e de relação consigo. A moral como regra, valor e, portanto, como premissa na orientação do comportamento dos indivíduos. A metodologia de sua fase ética, que, segundo a definição de Morey (1991), vai evidenciar a relação do sujeito consigo mesmo, consiste, exatamente, na distinção dos efeitos de uma moral daqueles produzidos pelas artes de viver: ou seja, da paciente reelaboração/transformação do sujeito ao pensar-se (FOUCAULT, 2007c).

Nesse sentido, há o confronto entre instituições que de alguma forma insinuam-se ao impor uma moral específica, ao prescrever valores, como a família e a escola, por exemplo; e o espaço onde o sujeito pode atuar transgredindo toda e qualquer interdição ou prescrição moralizante (FOUCAULT, 2007c). A maneira como a religião, por meio das igrejas, prescreve valores nem sempre encontra nas subjetividades éticas formas de aceitação tácitas. Pelo contrário, a tendência é que essa moral seja crivada pela crítica e pela resistência da não aceitação de determinadas condutas.

Destarte, retornamos à nossa reflexão sobre a relação que pode ser estabelecida entre a produção de subjetividades éticas pela ciência. Nesse caso, trata-se de perceber como o discurso da ciência, mais especificamente o da educação em ciências, contribui para a emergência do sujeito ético em sua relação e busca constante pelo conhecimento verdadeiro, tal qual Foucault evidencia em sua *Hermenêutica do Sujeito* (FOUCAULT, 2006). É importante frisar que, para além da educação constituir-se como campo que contribui para o desenvolvimento moral, a

referência à educação em ciências surge exatamente pelo fato desta configurar-se – desde sua etimologia (*ex + ducere*, conduzir de fora; deixar-se conduzir pelo outro) – como relação de governo *par excellence*; e pelo fato do *governo de si* ser encontrado na pedagogia em toda e qualquer prática pedagógica.

Assim, o discurso pedagógico oscila entre dois importantes conceitos kantianos: o da *heteronomia* e o da *autonomia*. Kant designa por *heteronomia* a submissão de um sujeito em relação a outro, o que vai no sentido oposto da concepção de *autonomia*, por sua vez relacionada ao uso da razão, do livre-arbítrio e da moralidade (KANT, 1984). O que os processos educativos propõem é o desenvolvimento de uma autonomia *lato sensu*, não apenas moral, que permita, em certa medida, a emancipação aos sujeitos. Assim, a criança heterônoma e dependente vai se tornando cada vez mais autônoma em direção à sua emancipação por meio de práticas pedagógicas direcionadas.

No entanto, o próprio Kant (1984), em seu texto intitulado *Was ist Aufklärung?*, reafirma a impossibilidade do não governo. Após a incitação *sapere aude!* – e da ênfase à necessária libertação da menoridade humana (*Unmündigkeit*) –, o filósofo alemão afirma que sempre seremos governados por algo ou por alguém, seja por um livro que nos ajuda a produzir algum entendimento, por um diretor espiritual que influencia nossas consciências ou, até mesmo, por um médico que prescreve uma dieta (KANT, 1984).

Com isso, não apenas a pedagogia evidencia tais relações de *governo*, mas a própria ciência – a partir da objetivação do conhecimento por meio da nucleação de áreas de saber específicas – contribui para a escrita de uma história do sujeito ao afetar processos de subjetivação. Nesse sentido, a educação em ciências não apenas evidencia a inserção de enunciados científicos em uma economia de poder que produz tal nucleação, mas contribui para que seus procedimentos e práticas recaiam sobre as subjetividades que têm suas condutas reguladas também pela ciência: poder-se-ia falar, aqui, de uma espécie de subjetivação pela ciência, tendo a educação como elemento da mediação da relação sujeito/ciência.

Ao retornarmos a Kant, independente do fato de tratar-se de uma *autonomia regulada* ou de uma *emancipação parcial*, a história do sujeito está marcada por uma série de (in)submissões em diversas áreas, inclusive em relação à própria educação e à própria ciência. Embora haja quem defenda a escola pública, nos últimos anos, temos observado a insatisfação de um grupo de famílias contra a educação oferecida pelo Estado brasileiro. A não concordância com os conteúdos expressos no currículo faz com que, de tempos em tempos, seja reacendido o debate em torno do *homeschooling* no país. Ou ainda, no presente momento pandêmico, por

exemplo, embora haja quem entenda os perigos e os alertas da ciência sobre o SARS-Cov-2 e a Covid-19, há também – espalhada pelo mundo – uma corrente negacionista cuja postura não pode ser evidenciada como crítica – tal qual referida por Foucault como prática de inservidão voluntária (FOUCAULT, 1990) –, pois, trata-se de uma *contraconduta* sem fundamento de ordem racional.

Tais posturas, notadamente, se refletem em condutas divergentes. O que há em comum entre os opostos, nestes casos, é a distinta relação que estabelecem com a verdade no interior dos discursos educativo e científico, respectivamente. Nasce daí paradigmas em confronto; visões de mundo diferentes que lutam pela supremacia da verdade e do verdadeiro, escancarando as relações de poder que surgem como produto de subjetivações totalmente distintas, onde os sujeitos, a partir das *técnicas de si*, experienciam a si mesmos de forma diferente.

No entanto, para além de uma história das cisões dicotômicas, que retroalimenta diferentes perspectivas de ser sujeito no interior de uma construção historiográfica clássica, o que Foucault propõe é a escrita de uma história onde o sujeito apareça como protagonista, não mais no polo passivo de uma narrativa sobre – e ao mesmo tempo exterior a – si, mas um sujeito que produz e que atua; um sujeito falante, que vive e que trabalha (FOUCAULT, 2006; 2016; CANDIOTO, 2008). Ao inserir o sujeito em uma dimensão histórica, Foucault o reafirma como núcleo de seu fazer desde que o homem surge como categoria analítica em *As palavras e as coisas*, quando faz uma arqueologia das ciências humanas (FOUCAULT, 1999b).

Em que pese a epistemologia das ciências produzir condições de objetividade que permitem aos sujeitos tomá-las como verdade, convertendo-as em crenças sobre indivíduos que aparecem como modelos biológicos, psíquicos ou sociais, estas são insuficientes para uma compreensão subjetiva. É preciso que a ciência, para além do seu olhar sobre o indivíduo como objeto (*conhecimento de si*), através de seus mecanismos, também construa possibilidades para a maximização de sua contribuição em relação à *experiência de si*.

Foucault remonta às culturas helênicas e romanas ao citar a *technè tou biou*, onde a formação aparecia como produto do uso de *tecnologias de si*, da reflexão sobre modos de vida, sobre a existência, sobre as escolhas que interferem na condução de si (FOUCAULT, 2006b; 2007c; 2007d). A *governamentalidade* aparece, nesse sentido, como possibilidade de fixar a si mesmo, fins e meios. Tal reflexão permite que o *governo de si* a partir das *técnicas de si* seja capturado e passe a aparecer no interior não apenas da pedagogia, mas da religião. Se a pedagogia e a religião são agências potentes quando se trata de pensar a institucionalização de

técnicas de governo nas escolas ou nos templos, temos motivos para acreditar que tais relações de *governo* implicam em uma subjetivação ética que tem o conhecimento científico – também – como causa, o que podemos evidenciar ao longo da história em relação à corporeidade e à sexualidade.

Ao tomarmos como exemplo a sexualidade no interior da educação em ciências, verificaremos não apenas a possibilidade, mas a importância da preocupação com uma subjetivação ética pela ciência. Se a ciência produziu os saberes sobre o sexo, para além destes conhecimentos é também na dimensão da sexualidade que o tema emerge no interior da educação científica, se materializando como campo de estetização da ciência. Logo, não se trata, apenas, da construção de um conhecimento anátomo-fisiológico, de um modelo corporal padrão ou daquilo que embasa a saúde e a doença. Para além disso, surgem questões relacionadas à corporeidade, as quais o currículo não pode se furtar em discutir.

A herança da educação em ciências é totalmente vinculada ao paradigma da *scientia sexualis*, tal qual descrito por Foucault (2007b) e desenvolvido na maior parte do Ocidente como discurso verdadeiro em relação ao sexo e à sexualidade. No entanto, a contemporaneidade – avessa à fixidez conceitual e às limitações impostas por sua rígida estruturação – clama por uma ampla participação de diversas áreas no debate social, inclusive da ciência. Há um desejo de saber o que a ciência tem a dizer sobre a sexualidade, para além do sexo.

Assim, o discurso científico encontra na educação uma possibilidade de ser efetivamente ética em relação aos sujeitos. A sexualidade como dispositivo de poder – seu conjunto de técnicas direcionadas ao corpo, que passam a constituir as regras do jogo da verdade – cede cada vez mais espaço à sua, também, valorização como *ethos*. Assim, do *logos* ao *ethos*, o *conhecimento de si*, entranhado nas mais tradicionais epistemes, recorda à própria ciência – no interior da educação – a necessidade do *cuidado de si*, da vigilância do indivíduo em relação a si mesmo (FOUCAULT, 2006; 2016), em toda a sua relevância, estando presente em quaisquer relações pedagógicas.

O evidente deslocamento da sexualidade como o conhecimento sobre o sexo e as práticas sexuais para sua compreensão como vontade de potência, em seus múltiplos devires – inclusive relacionados a estas próprias práticas –, permitiu que o século XIX esboçasse o perfil de novas subjetividades: o pederasta, o pedófilo, a mulher histérica e outras (FOUCAULT, 2007b). No entanto, foi com Freud que a mesma assume um caráter ampliado, de ordem libidinal, convertendo-se naquilo que medeia e, de certa forma, regula ou dirige nossas relações com a exterioridade (FREUD, 1970-1977). A seguir, será com Gilles Deleuze e Félix Guattari



que a mesma será acoçada por investimentos do campo social, também de natureza libidinal, e responderá às contingências dos agenciamentos individuais (DELEUZE; GUATTARI, 2011; GUATTARI, 1988). Portanto, do *logos* ao *ethos* e do *ethos* à *performance*, a sexualidade se inscreve, ao longo da história, no interior de uma *governamentalidade biopolítica*.

A sexualidade como *dispositivo biopolítico* surge como ponto de inflexão que desemboca em uma atual e significativa demanda da sociedade em relação à própria ciência – que, até então, absteve-se do debate em torno da sexualidade, limitando-se apenas a proferir verdades sobre o sexo. Se, por um lado, agora, a ciência é convocada de forma inexcusável e derradeira para esta discussão, por outro, a ciência por si só não será capaz de satisfazer o desejo daqueles que, agora, também querem para si: sujeitos *queer*, corpos deseducados, os quais anseiam pela normalização não apenas do *diferente*, mas da *diferença* enquanto processo de *tornar-se outro*. Trata-se de uma forma de libertação dos campos de objetividade, tal qual Foucault se refere (FOUCAULT, 2016).

O impasse que se produz diz respeito ao fato de a ciência, por excelência, ser um campo de objetividade, não à toa o *conhecimento de si* surge como o fundamento da *scientia sexualis* (FOUCAULT, 2007b). Nos países ocidentais onde esta percepção vigorou percebe-se um tipo de subjetivação específica, evidenciada por Foucault em sua *Hermenêutica do sujeito* (FOUCAULT, 2016), que investe sobre a constituição de um sujeito *da verdade*. O sujeito da verdade é aquele que surge a partir do *gnothi seatuon*, emergindo como objeto de uma analítica que o compreende *a priori*, entendendo que o mesmo apenas deve ser, de alguma forma, “preenchido” pela verdade (FOUCAULT, 2006, 2016).

No caso da educação sexual “senso comum”, é exatamente isso o que tem acontecido nas escolas: os estudantes recebem “as verdades” que envolvem os temas do sexo e da sexualidade e as aceitam sem nenhum tipo de questionamento mais profundo, tendo em vista a conformação do tipo de aula de ciência – tradicional, expositiva e pouco dialogada – a que é submetido. Entretanto, se a ciência permanece – e assim o fará – enquanto campo da objetividade, é por meio da educação, da pedagogia – em seu caráter biopolítico – que a dimensão ética deve ser incorporada, produzindo não mais o sujeito *da verdade*, mas o sujeito *de verdade*.

Este não é mais tomado como objeto de uma analítica que seria compreendido em termos de anatomia, fisiologia, da saúde ou da doença; mas a partir da perspectiva da vigilância em relação a si mesmo, do cuidado de si, expresso pelo *epimeléia heautou* (FOUCAULT, 2006). Assim, a produção da verdade em relação à sexualidade não deixa de depender da

ciência, pelo contrário, continua a necessitá-la; mas passa por uma espécie de ativação ética que permite que as subjetividades éticas não sejam compreendidas *a priori*, mas constituídas durante o processo – neste caso – educativo.

O que se vislumbra a partir disso, em termos de formação, é um sujeito ético orientado a buscar o conhecimento nos discursos verdadeiros, em suas práticas de veredicação para o bem agir. É nesse sentido que anteriormente nos referimos tanto à *estética da existência* quanto à educação como campo possível para a estetização da própria ciência.

Será, então, por meio da própria educação – e não só pelo ensino – que os indivíduos poderão se constituir como sujeitos de uma conduta moral, estabelecendo um *ethos* que lhes será próprio. A partir disso, cada um operará à sua maneira com o conhecimento, produzindo novos/outros saberes no interior de regimes específicos de verdade cuja filiação não será eterna: em que pese cada autoexame de si, esta poderá ser confirmada ou não – movimento essencial de uma reelaboração subjetiva.

Há nesse movimento entre ciência e educação um debate entre verdades que advêm de campos distintos: do científico e do pedagógico. É neste último que o conhecimento passa por transformações mais complexas. Primeiro porque seu objetivo é a formação – tornar o outro diferente; segundo, pelo fato de nunca ter se pretendido como neutro – na medida em que a educação se constitui como encontro entre subjetividades; e, em terceiro lugar, porque lança mão de diferentes estratégias didático-metodológicas e de outros dispositivos de educabilidade para a construção da civilização e da manutenção de um processo civilizatório em oposição à barbárie.

É nesse sentido que a ciência e a educação, mesmo em sua distinção epistêmica originária, podem ser complementares. Se no interior da rigidez estrutural da ciência o sujeito será sempre limitado, será a educação a oportunidade para sua liberação – para que possa identificar a si mesmo como objeto, mas de sua própria história, o que lhe permite perceber outros modos de pensar e também de agir, sem abdicar da objetividade, transformando tal ação em imanência, em impulso para seu próprio devir.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CANDIOTTO, Cesar. Subjetividade e verdade no último Foucault. *Trans/Form/Ação*, Marília, v. 31, n. 1, p. 87-103, 2008. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010131732008000100005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010131732008000100005&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 5 Mar. 2021.
- DELEUZE, Gilles.; GUATTARI, Félix. *O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Editora 34, 2011.
- DESCARTES, René. *O discurso do método*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- FOUCAULT, Michel. "Qu'est-ce que la critique? Critique et Aufklärung". *Bulletin de la Société française de philosophie*, Vol. 82, nº 2, pp. 35 - 63, avr/juin 1990.
- \_\_\_\_\_. *A História da Loucura*. São Paulo, Perspectiva, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Vigiar e punir*. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 1999a.
- \_\_\_\_\_. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1999b.
- \_\_\_\_\_. *A hermenêutica do sujeito*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- \_\_\_\_\_. "A escrita de si". In: FOUCAULT, Michel. *Ética, Sexualidade, Política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006b. Coleção Ditos & Escritos, v. 5, p. 144-162.
- \_\_\_\_\_. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007a.
- \_\_\_\_\_. *História da sexualidade: a vontade de saber*. 18. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007b.
- \_\_\_\_\_. *História da sexualidade: o uso dos prazeres*. 12. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007c.
- \_\_\_\_\_. *História da sexualidade: o cuidado de si*. 9. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007d.
- \_\_\_\_\_. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola. 17ed. 2008a.
- \_\_\_\_\_. *Subjetividade e verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2016.
- FREUD, Sigmund. *Obras psicológicas completas*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1970-1977.
- GUATTARI, Félix. *O inconsciente maquínico: ensaios de esquizoanálise*. Campinas: Papirus Editora, 1988.
- KANT, Immanuel. "Was ist Aufklärung?" In: KANT, Immanuel. *Textos seletos*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- MOREY, Miguel. "La cuestión del método". In: FOUCAULT, Michel. *Tecnologías del yo y otros textos afines*. Barcelona: Paidós Ibérica, p. 9-44, 1991.